



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 2676

**Presidente da Mesa Diretora:** José Nardel Alves de Almeida

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Impostos, Multas e Taxas (aplicação e cancelamento)

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 14/04/1984

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 22/1984. Cancela débitos, concede isenção de contribuição relativa à taxa de pavimentação urbana do município e dá outras providências. (Referente à Lei nº 1.466, de 23/05/1984).

**Controle Interno – Caixa:** 13

**Posição:** 03

**Número de folhas:** 04

---

espécie: R\$  
categoria: Impostos e taxas  
nº: 13  
ordem: 03  
nº fls: 02

Lei nº 1.466, de

23.05.84

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO-LEI Nº

22/84

Autor: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto:-

Cancela débitos, concede isenção de contribuição  
de melhoria e dá outras providências. (relativos  
a taxa de pavimentação urbana proprietários de  
apenas 01 (um) imóvel, com renda mensal  
de até 2 (dois) salários-mínimos.

Caixa

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 14.04.84
- 2 A Com. de Leg. e Justiça em 14.04.84
- 3 Aprovado em 1º - 28.04.84
- 4 A Com. de Finanças 28.04.84
- 5 Aprovado em 2º - 05.05.84
- 6 A Com. de Redução - 05.05.84
- 7 Aprovado em 3º - 19.05.84
- 8 A Comissão - 19.05.84
- 9 Arquivado -
- 10





**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
APROVADO EM DISCURSSAO POR  
**PREFEITURA DE MONTES CLAROS**

EM 12 DE

Av. Cel. Prates 142 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais

PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**



PRESIDENTE

CANCELA DÉBITOS, CONCEDE ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Montes Claros(MG) decreta e  
eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam cancelados os débitos para com o  
município, relativos a Taxa de Pavimentação Urbana, inscritos em nome  
de pessoas proprietárias de apenas 01 (um) imóvel, com renda mensal e  
equivalente a até 02 (dois) salários mínimos.

Parágrafo Único: O favor de que trata este artigo  
deverá ser requerido dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar  
da data da publicação desta Lei.

Art. 2º - Para fazer juz ao cancelamento, deverá o  
interessado, mediante requerimento dirigido ao Chefe do Executivo,  
provar a condição exigida no artigo anterior, com a juntada de docu-  
mentos que comprovem a sua renda, tais como: carteira profissional, con-  
tra-cheque de recebimento de salário, carnê de aposentadoria e de con-  
tribuição.

Parágrafo Único: Para os fins desta Lei, outros  
documentos idôneos poderão ser aceitos, desde que constatada a impos-  
sibilidade da apresentação daqueles mencionados neste artigo.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário,  
esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem  
o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a fa-  
çam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Prefeitura de Montes Claros(MG), 30 de março de  
1.984.

LUIZ TADEU LEITE  
Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
 A COMISSÃO DE Suplência  
 EM 7 DE abril DE 1984  
 PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
 A COMISSÃO DE Redação  
 EM 11 DE maio DE 1984  
 PRESIDENTE

A matéria é legal  
 e constitucional  
 merece nossa apro-  
 vação - 19/4/84

*Hopm*  
*Faro Maluani*

*A redação de qual  
 merece nossa aprova-  
 ção 9/5/84  
 Faro*

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
 APROVADO EM 2ª DISCURSSÃO POR  
unanimidade do plenário  
 EM 7 DE abril DE 1984  
 PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
 A COMISSÃO DE FINANÇAS  
 EM 28 DE abril DE 1984  
 PRESIDENTE

*sumo pelo  
 apuro cad  
 05/05/84  
 Alencar, Paulo &  
 Alencar  
 Paulo*

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
 APROVADO EM 2ª DISCURSSÃO POR  
unanimidade do plenário  
 EM 05 DE maio DE 1984  
 PRESIDENTE





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

Em, 30 de Março de 19 84

Of. N.º -SG-018/84

Assunto : Projeto-Lei e Mensagem (envia)

Serviço : Gabinete do Prefeito

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a esse Legislativo, o incluso Projeto-Lei que objetiva cancelamento de débitos e concede isenção de contribuições, especificamente referentes a Taxa de Pavimentação Urbana, inscritas em nome de pessoas proprietárias de apenas 01 (um) lote e com renda mensal equivalente a até 02 (dois) salários mínimos.

Ao fazermos tal proposição, outra não foi a nossa intenção, senão simplificar serviço e ao mesmo tempo procurar minorar situação já insustentável de pessoas reconhecidamente pobres que, enquanto sofrem as consequências de avassaladora crise, não dispõem de meios para saldarem suas dívidas ou só o fazem com extremos sacrifícios.

Entendendo que, ao Poder Público cumprir, sempre, oferecer incentivos e oportunidades para que os contribuintes saldem, vantajosamente, os seus débitos fiscais, temos também a preocupação de que, estimulados, continuem a serem cidadãos produtivos e prestigiados pela comunidade, pelo que contamos, mais uma vez, com a elevada compreensão e espírito público de V.Excia e de seus ilustres pares, para o exame e aprovação do projeto em tela.

Renovo a V.Excia e a toda ilustre Edilidade, os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

  
LUIZ TADEU LEITE

Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

José Nardel Alves de Almeida

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

N E S T A